

**Perfil social e racial dos(as) estudantes quilombolas da Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA (2015-2018)**

*Social and racial profile of quilombola students at the Federal University of Western Pará - UFOPA (2015-2018)*

Luiz Fernando de França  
Iris Rosane de Jesus Santos  
José Henrique de Jesus Pinto  
**Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA**  
Santarém-Pará-Brasil

**Resumo**

Neste artigo, apresentamos resultados parciais de uma pesquisa que estamos desenvolvendo sobre o ingresso de quilombolas na Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA – entre os anos de 2015 e 2018. A partir da aplicação de um questionário sócio-econômico e estudantil, constituímos um perfil social e racial dos(as) estudantes, considerando os seguintes indicadores: comunidades e municípios de origem, idade, cor, estado civil e sexo/gênero. Os dados analisados neste estudo demonstram que as(os) estudantes são oriundas(os), predominantemente, de comunidades quilombolas de Santarém, Oriximiná e Monte Alegre. Compostos em sua maioria por mulheres, os(as) quilombolas se definem como pretos(as), solteiros(as) e possuem uma média de idade de 25,40 anos.

**Palavras-chave:** Estudantes quilombolas; Perfil social e racial; UFOPA.

**Abstract**

In this article, we present partial results of a research that we are developing on the admission of quilombolas at the Federal University of Western Pará - UFOPA - between the years 2015 and 2018. From the application of a socio-economic and student questionnaire, we constitute a social and racial profile of students, considering the following indicators: communities and municipalities of origin, age, color, marital status and sex / gender. The data analyzed in this study demonstrate that the students are predominantly from quilombola communities in Santarém, Oriximiná and Monte Alegre. Composed mostly of women, quilombolas define themselves as black, single and have an average age of 25.40 years.

**Keywords:** quilombola students; Social and racial profile; UFOPA.

## **Introdução**

Neste artigo apresentamos o perfil social e racial dos(as) estudantes quilombolas matriculados(as) entre 2015 e 2018 nos cursos de graduação da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA, considerando os seguintes indicadores: municípios e comunidades de origem, idade, cor, estado civil e sexo/gênero. As informações parciais aqui sistematizadas resultam do andamento do projeto de pesquisa “Quilombolas na UFOPA: análise da situação acadêmica das(os) estudantes quilombolas matriculadas(os) nos cursos de graduação da Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA (2015-2018)”, considerando os dados coletados e analisados por nossa equipe a partir do desenvolvimento paralelo de 02 (dois) planos de trabalho de iniciação científica: “Quilombolas na UFOPA: análise da situação acadêmica dos(as) estudantes quilombolas matriculados(as) no campus de Santarém” e “Quilombolas na UFOPA: análise da situação acadêmica dos(as) estudantes quilombolas matriculados(as) nos campi fora da sede”, no período de agosto de 2018 a julho de 2019.

Nesta primeira etapa da pesquisa (2018/2019) focalizamos a situação acadêmica dos(as) estudantes quilombolas e constituímos, com ênfase nas informações e narrativas oferecidas pelos(as) próprios(as) alunos(as), uma avaliação geral sobre a presença quilombola dentro da UFOPA nos primeiros 04 (quatro) anos da política afirmativa que deu início a um ingresso mais efetivo desse grupo étnico-racial na instituição: o Processo Seletivo Especial Quilombola – PSEQ. Nesse sentido, o perfil que socializamos neste momento é resultado parcial de um trabalho de investigação mais amplo ainda em execução em termos de análise e levantamento de informações.

### **Quilombolas na universidade pública: muito ainda por fazer e dizer**

Nas universidades públicas brasileiras, os processos seletivos destinados exclusivamente para o preenchimento de vagas na graduação por estudantes quilombolas são ainda recentes e se concentram basicamente nos últimos 8 anos. Campos (2016) realizou uma sistematização dos processos de seleção para quilombolas nas universidades nacionais. Considerando as 05 regiões do país, a autora listou 11 ocorrências e as descreveu por modalidade de ação afirmativa. São elas: a) *reserva de vagas*: Universidade Federal do Pará, Universidade Estadual de Santa Cruz e Universidade Federal do Recôncavo da Bahia; b) *vagas extras*: Universidade Federal da Bahia e

Universidade Federal de Goiás c) *vagas adicionais*: Universidade Estadual de Feira de Santana e Universidade do Sudoeste da Bahia; d) *vagas suplementares*: Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade Federal do Tocantins; e) *criação de vagas*: Universidade Federal de Pelotas e Universidade Federal do Rio Grande. Ao descrever cada modalidade, a pesquisadora apresenta ainda os dispositivos normativos (Resoluções) que regulamentam a oferta de vagas para quilombolas em cada uma das instituições citadas.

Com base em informações encontradas nos sites institucionais, em documentos e em trabalhos acadêmicos, acrescentamos à compilação de Campos outras universidades: na UFOPA, o Processo Seletivo Especial Quilombola – PSEQ foi criado em 2014; na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), o Programa de Inclusão de Estudantes Quilombolas (PROINQ) foi instituído em 2016 e o primeiro processo seletivo específico ocorreu em 2017. O processo seletivo específico para moradores de comunidades remanescentes de quilombos da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) também foi iniciado em 2017. A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) iniciou um processo seletivo especial para quilombolas em 2017. Mas, em 2019, a seleção específica foi suspensa.

Ainda que outras instituições de Ensino Superior possam ser incluídas nesta atualização, registramos que uma parcela significativa das experiências de discussão, normatização e implementação de políticas de acesso específicas para quilombolas foi institucionalizada entre os anos de 2012 e 2017. É válido destacar que em 29 de agosto de 2012 a então presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, sancionou a Lei nº 12.711, a chamada de “Lei de cotas”, que reservou vagas com recorte social e racial nas universidades e institutos federais. Trata-se, sem dúvida, de um marco no processo de democratização do Ensino Superior público no Brasil. Todavia, ainda que esta Lei tenha garantido maior acesso da população negra às universidades públicas, em relação às comunidades quilombolas o alcance dessa reserva de vagas foi bastante limitado e a situação pouco se alterou em termos de acesso. Resulta daí a insatisfação do movimento quilombola, como bem descreve Lourenço (2016, p. 46-47) ao tratar da articulação das comunidades mato-grossenses:

A avaliação dos quilombolas ressaltou que a Lei 12.711/2012 não estava contemplando as especificidades históricas, étnicas, culturais e políticas dos jovens quilombolas, em outras palavras, a política de cotas raciais não contemplava toda a pluralidade étnica-cultural própria das 97 comunidades

*Perfil social e racial dos(as) estudantes quilombolas da Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA (2015-2018)*

quilombolas, situadas nas áreas rurais e nas áreas periféricas das cidades do estado de Mato Grosso.

Assim, como resultado desses movimentos de “formulação, negociação, tensionamento e monitoramento” (RIBEIRO, 2014, p. 307), o ingresso contínuo de quilombolas nas universidades públicas tem se tornado realidade em algumas instituições somente nos últimos anos. Com efeito, também considerando a dimensão recente dessa política afirmativa, são também reduzidos no Brasil os trabalhos que se debruçam sobre a análise da situação acadêmica desses estudantes na graduação. São ainda mais incipientes, as pesquisas quantitativas e qualitativas que já sistematizaram especificamente o perfil social e estudantil do(a) aluno(a) quilombola que tem ingressado nas universidades públicas brasileiras. A *V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES - 2018*, realizada pela ANDIFES (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior), a mais abrangente que temos, realiza uma leitura com recorte social e racial dos(as) estudantes de graduação das IFES e ainda traz alguns dados específicos sobre os(as) estudantes quilombolas. Na leitura dos dados que estamos apresentando, realizamos algumas aproximações gerais com os indicadores gerais do estudo da Andifes, bem como alguns índices nos quais os(as) quilombolas são mencionados(as) no conjunto dos(as) graduandos. De todo modo, o relatório da V Pesquisa ressalta o crescimento acentuado no número de quilombolas:

No cruzamento entre a cor ou raça do (a) graduando (a) e sua faixa de ingresso na IFES, nota-se uma tendência de decréscimo da participação de brancos (as) e amarelos (as) ao longo dos anos e aumento de pardos (as) e pretos (as), com a exceção do ano de 2018, ano em que há uma sutil reversão desta tendência, explicada pelo fato da V Pesquisa ter sido realizada no primeiro semestre de 2018, quando apenas uma parte das vagas por cotas havia sido preenchida. Pretos (as) quilombolas praticamente dobraram sua proporção e indígenas aldeados (as) tiveram um aumento de 81,5% ao longo do período de ingresso, ainda que a participação relativa e em ambos os grupos seja bastante baixa no contingente estudantil. (ANDIFES, 2018, p. 55, grifo nosso)

Ainda assim, essa incipiência de estudos pode ser compreendida como parte de um processo social de invisibilização dos estudantes dentro das próprias instituições. É o que salienta Campos (2016, p. 96) ao destacar que:

“a invisibilidade desses sujeitos acontece até nos dados institucionais, sempre que solicitado o quantitativo de quilombolas matriculados na universidade, a unidade responsável não sabia informar, devido a não sistematização dessas

informações, ou seja, esses estudantes não aparecem no sistema da instituição [...].

Temos um acúmulo razoável hoje – e essas não são menos importantes para este trabalho – de pesquisas que focalizam o histórico e a importância das Ações Afirmativas e do acesso da população negra ao Ensino Superior no Brasil. Carvalho (2006, p. 12-13), por exemplo, fala da inclusão de negros e indígenas no Ensino Superior como parte de uma necessária postura institucional antirracista:

O racismo brasileiro é tão crônico, abrangente e consistente, que se reproduz em todas as áreas da vida social, e também no interior da instituição universitária[...]. Todas as universidades começam a ser pressionadas pelos movimentos negros e indígenas e pela frente anti-racista para posicionar-se diante do tema. O debate das cotas politiza, portanto, o espaço acadêmico e exige um posicionamento claro de todos os que dele participam. Já não é mais possível invocar o argumento da neutralidade científica ou do desconhecimento.

Na mesma linha, Amador de Deus (2008, p. 255) trata a política de ações afirmativas nas universidades e o “sistema de cotas” como resultados da luta histórica do movimento negro, dos herdeiros de Ananse:

Nesta perspectiva, o papel do fio/ ação movimento negro, foi de fundamental importância para que o sistema de cotas se constituísse e se afirmasse como uma proposta conseqüente e passível de ser implementada. Significa dizer que a proposta vingou porque possuía substância e fazia parte dos anseios de mais da metade da população brasileira. E mais, se por um lado, o ‘sistema de cotas’, nas Universidades vem, progressivamente, ganhando espaço no debate público nacional, no contexto das políticas de ação afirmativa; por outro, o ‘sistema de cotas’, traz consigo, o tema do combate à discriminação e às desigualdades raciais. Com isso, vem crescendo a convicção de que, para a construção de uma efetiva democracia racial no país, é necessária uma intervenção por parte do Estado brasileiro.

Neste sentido o ‘sistema de cotas’ para negros nas Universidades brasileiras é conseqüência de uma longa caminhada marcada pela ação contínua de luta dos herdeiros de Ananse, que ao longo desse árduo processo se não pelo convencimento, mais, pelo constrangimento, de setores dominantes, conseguiu romper barreiras institucionais e afirmar a legitimidade das políticas de ação afirmativa e do ‘sistema de cotas’.

Entretanto, especificamente sobre a implementação de ações afirmativas para quilombolas no Ensino Superior brasileiro, os trabalhos são ainda incipientes e muitas questões ainda necessitam de reflexão e formulação científicas, como já mencionamos. Neste estudo, registro, por exemplo, o trabalho de Lourenço (2016) que discute o processo de mobilização e negociação de uma política de reserva de vagas específicas para quilombolas na UFMT.

Em relação aos trabalhos que já iniciam uma avaliação crítica sobre a situação acadêmica de estudantes quilombolas que estão na universidade, destaco um conjunto de entrevistas conduzido por Monteiro, Boaventura e Alves (2015) com estudantes indígenas e quilombolas da UFPA e a pesquisa de mestrado de Campos (2016), que avaliou as trajetórias e as condições sociais e acadêmicas de um grupo de estudantes quilombolas que ingressaram na mesma universidade nos três primeiros anos no processo seletivo especial (2013-2015).

As entrevistas de Monteiro, Boaventura e Alves (2015) revelam questões relacionadas os processos seletivos especiais, bem como um cenário de situações e dificuldades acadêmicas que certamente exigem avaliação, monitoramento e intervenção institucional. É o caso, por exemplo, da fala da estudante Leila Cardoso diante da seguinte pergunta: “Como a UFPA poderia melhorar sua política de apoio à permanência dos estudantes quilombolas em suas graduações?”. Assim responde a quilombola:

Acho que começaria com o acesso ao computador. Deveria ter um local destinado à alunos indígenas e quilombolas para que nós pudéssemos estudar, porque muitos de nós não tem acesso a computador e internet na comunidade onde vive. Por isso, a maioria de nós não sabe como operar um computador e ele se torna um bicho de sete cabeças. O apoio ao aluno quilombola e indígena é importante para nós vencermos as dificuldades que são geradas lá atrás, na nossa formação básica (MONTEIRO, BOAVENTURA E ALVES, 2015, p. 307).

Em sua dissertação de Mestrado, Campos (2016, p. 88) descreve problemas semelhantes vinculados à trajetória educacional de estudantes quilombolas que ingressaram na UFPA. Ao tratar da formação básica nas comunidades, a partir dos relatos dos(as) alunos(as), a pesquisadora aponta que:

(...) nas falas dos estudantes quilombolas aqui citados é notório que Educação Escolar Quilombola enquanto uma modalidade de ensino necessita ser melhor implementada nas comunidades, no sentido de assegurar a qualidade da educação nas escolas quilombolas, principalmente com relação à profissionalização docente.

Uma leitura atenta destes dois trabalhos possibilita a visualização de questões diretamente relacionadas ao perfil social e racial dos(as) estudantes quilombolas que estamos discutindo neste artigo, ainda que não seja esse o propósito principal dos estudos citados. É o caso das “trajetórias” de quilombolas sistematizadas por Campos. Na pesquisa, a autora, por mais que tenha feito a escuta de cinco estudantes, apresenta índices para uma caracterização social mais ampla dos quilombolas que ingressaram na

UFPA. A precariedade da Educação Básica oferecida nos territórios é um desses índices sociais. Vinculado a esse problema está a própria representação que os(as) estudantes fazem na Universidade, pois no dizer de Campos “as representações construídas pelos estudantes quilombolas sobre a universidade antes do ingresso estão sempre relacionadas à situação educacional dos quilombos e na busca por melhorias em suas comunidades” (CAMPOS, p. 91)

O mesmo é possível inferir das entrevistas de Monteiro, Boaventura e Alves (2015, p. 308). A quilombola Leila Cardoso descreve as condições econômicas vivenciadas por muitos(as) outros(as) alunos(as) quilombolas que estão ingressando no Ensino Superior:

(...)o aluno entra e passa três meses sem a bolsa, esperando o resultado do edital da UFPA. E muitos não têm como se manter sem a bolsa, já que os pais são trabalhadores rurais e encontra-se longe. Outra dificuldade é o acesso. Muitos desistem por que não conseguem vir todo o dia para a UFPA. Muitos que estudam no turno da noite vão para a roça de manhã. Então, ter que vir estudar e chegar em casa meia-noite para, pela manhã, ir para a roça e, de tarde, voltar para a universidade, tudo isso, dificulta muito.

Reconhecer e compreender essas realidades é passo fundamental para qualquer instituição que deseja, além de garantir o acesso, implementar uma política afirmativa séria que assegure a permanência e a progressão do(a) estudante quilombola. E é justamente à luz dessa funcionalidade que ancoramos nossa pesquisa.

### **O questionário sócio-econômico e acadêmico**

Como instrumento de coleta de informações, nesta fase da pesquisa utilizamos um “questionário sócio-econômico e acadêmico”. Nosso questionário é um instrumento composto por duas partes fundamentais e congruentes: a) Caracterização sócio-econômica do(a) estudante quilombola, que é constituída por questões fechadas relacionadas à identificação e vinculação geral do(a) aluno(a), à escolaridade e ocupação dos pais, ao Ensino Médio e Superior, bem como à assistência estudantil dentro da UFOPA; b) Relação de 22 (vinte e duas) perguntas discursivas e abertas sobre temas relacionadas a presença de estudantes quilombolas na UFOPA (experiência de estudar na universidade pública; problemas enfrentados; discriminação racial; aprendizado; relação com professores e colegas de turma; etc.). A primeira parte, portanto, apresenta um viés mais objetivo, em termos de caracterização e coleta de informações; a segunda possui uma natureza mais subjetiva, considerando a dimensão aberta das perguntas formuladas

e a possibilidade do(a) estudante narrar situações mais particulares de sua trajetória dentro da instituição.

Avaliamos que esta configuração do “questionário sócio-econômico e acadêmico” atendeu aos objetivos desta pesquisa, pois as questões fechadas possibilitaram uma caracterização geral e quantitativa dos(as) estudantes do ponto de vista social, tarefa importante nesse primeiro momento de investigação. As questões abertas complementam esta primeira parte e permitirão a coleta de narrativas que, além de também caracterizar socialmente o grupo analisado, acrescentam posições subjetivas que são válidas quando se deseja avaliar as condições acadêmicas, os dramas, as desvantagens e desafios vivenciados dentro e fora da universidade. É considerando essa proposta e a própria natureza do objeto de estudo que optamos por um método misto de investigação que justapõe a abordagem quantitativa e qualitativa tanto na coleta das informações, quanto na análise dos dados. Para Creswell (2007, p. 215), na pesquisa mista:

A integração dos dois tipos de dados pode ocorrer em diversos estágios do processo de pesquisa: na coleta de dados, na análise de dados, na interpretação ou em alguma combinação de locais. Integração significa que o pesquisador "junta" os dados. Por exemplo, na coleta de dados, essa "mistura" pode envolver a combinação de questões abertas com questões fechadas de um questionário. A mistura no Estágio de análise e interpretação de dados pode envolver a transformação de temas ou códigos qualitativos em números quantitativos e a comparação dessas informações com resultados quantitativos em uma seção de "interpretação" do estudo. O local em que ocorre a integração no processo parece estar relacionado ao fato de a coleta de dados ocorrer em fases (uma seqüência) ou em uma única fase (concomitante).

Com esta forma de abordagem, nossa pesquisa se diferencia em certa medida do método utilizado por Campos (2016), que concentrou na perspectiva qualitativa. Obviamente que esta diferença está diretamente relacionada ao recorte e os objetivos de cada estudo. Todavia, as contribuições desta autora serão fundamentais em outras fases desta pesquisa, em especial nos momentos de análise qualitativa dos relatos que os estudantes quilombolas fazem de suas vivências nos cursos de graduação da UFOPA, e que serão objeto de outras escritas.

O perfil social e racial que estamos sistematizando neste texto – considerando informações referentes aos municípios e comunidades de origem, idade, cor, estado civil e sexo/gênero – foi constituído com base nos dados obtidos na primeira parte do questionário aplicado (questões fechadas). As informações da segunda parte, que foram



recolhidas na mesma fase, estão em análise e serão divulgadas posteriormente. Desenvolvida em perspectiva integrada, a análise das questões abertas levará em conta o perfil que ora estamos apresentando.

### **A aplicação do questionário**

É importante destacar que a aplicação do questionário foi feita de forma livre e voluntária, no período de outubro de 2018 a maio de 2019. Em Santarém, por meio das redes sociais e das reuniões do Coletivo de Estudantes Quilombolas – CEQ/UFOPA – procuramos sensibilizar os(as) estudantes sobre a importância da colaboração com a pesquisa. Registramos também que, feita à distribuição do questionário, foi oferecida ao estudante quilombola uma temporalidade necessária para a entrega, de forma que o tempo de preenchimento foi predominantemente organizado pelo(a) próprio(a) aluno(a). Esta opção de preenchimento mais livre deve-se, sobretudo, ao conjunto expressivo de perguntas de tendência subjetiva que compõe o questionário sócio-acadêmico.

Para aplicação dos questionários nos campi, além das redes sociais e do contato direto com os(as) estudantes quilombolas, utilizamos os meios institucionais disponíveis e encaminhamos aos questionários às unidades administrativas e acadêmicas dos municípios (foi assim para aplicação em Monte Alegre e Alenquer). Como em Santarém, também nessas unidades os questionários foram respondidos de forma voluntária e livre.

### **Perfil social e racial dos(as) estudantes quilombolas: comunidades e municípios de origem, idade, cor, estado civil e sexo/gênero.**

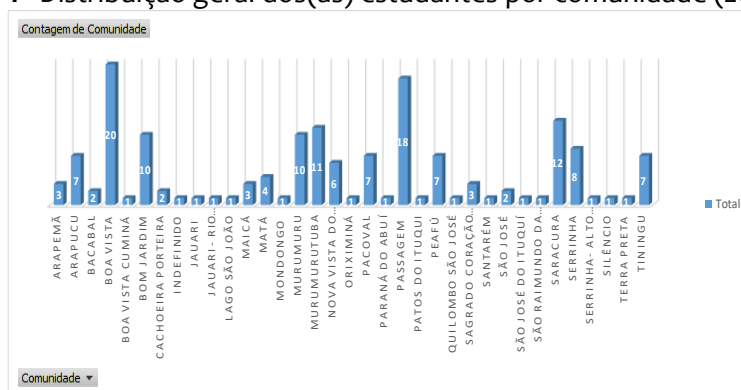
Como já salientamos, o perfil que estamos apresentando foi constituído com base em informações fornecidas por estudantes quilombolas que ingressaram no UFOPA entre os anos de 2015 e 2018, período que compõem os primeiros 04 anos de ingresso de quilombolas na instituição por meio do PSEQ.

Das unidades acadêmicas de Santarém (ICED, ICS, IBEF, IEG, ICTA e ISCO), nas quais está matriculada a maioria absoluta dos(as) estudantes quilombolas, 132 (cento e trinta e dois) preencheram o nosso questionário. Dos campi de Monte Alegre, Alenquer, Óbidos, Oriximiná e Itaituba, 26 (vinte e seis) estudantes responderam.<sup>1</sup> No total, 158 (cento e cinquenta e oito) quilombolas participaram da pesquisa.<sup>2</sup> Em termos percentuais, este quantitativo equivale a aproximadamente 70% dos(as) estudantes

quilombolas que ingressaram na UFOPA no período mencionado.<sup>3</sup> Neste artigo, justapomos os dados dos dois cenários (unidades de Santarém e dos campi) para apresentar um perfil mais geral possível das(os) estudantes quilombolas da UFOPA dentro do recorte temporal realizado nesta pesquisa.

### Comunidades

**Gráfico 1 - Distribuição geral dos(as) estudantes por comunidade (2015-2018)**



Elaboração: os autores

As cinco comunidades quilombolas com maior número de estudantes matriculados(as) são: **1)Boa Vista (Oriximiná) – 20; 2)Passagem (Monte Alegre) – 18; 3)Saracura (Santarém) – 12; 4)Murumurutuba (Santarém) – 11; 5)Murumuru (Santarém) – 10; 6)Serrinha (Oriximiná) – 8; 7)Tingu (Santarém) – 7; 8)Peafú (Monte Alegre) – 7; 9)Pacoval (Alenquer) – 7; 10)Arapucu (Óbidos) – 7; 11)Nova Vista do Ituqui (Santarém) – 6.** No geral, os(as) estudantes matriculados(as) até 2018 são oriundas(os) de 35 (trinta e cinco) comunidades quilombolas da região do Baixo Amazonas.

Será ainda preciso observar se esta distribuição se alterou nos anos últimos dois anos (2019/2020). Caso contrário, existem ainda cerca de 30 (trinta) comunidades quilombolas sem nenhum(a) estudante matriculado(a) na UFOPA, pois, de acordo com Malcher (2017), existem 65 (sessenta e cinco) comunidades quilombolas identificadas em nossa região. Elas estão distribuídas da seguinte maneira nos municípios: Santarém (12), Monte Alegre (2), Alenquer (1), Óbidos (13), Oriximiná (37) e Prainha (1).

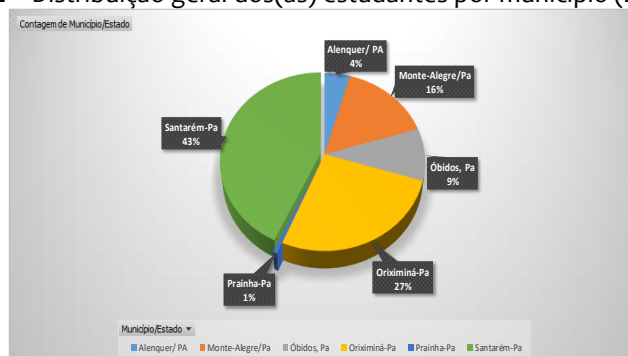
No cômputo geral,todos(as) os(as) estudantes quilombolas que responderam nosso questionário são oriundos(as) de comunidades localizadas nos municípios de Santarém, Monte Alegre, Alenquer, Óbidos, Oriximiná e Prainha. Esta incidência demonstra que o Processo Seletivo Especial Quilombola da UFOPA tem atendido predominantemente estudantes de comunidades da região, ainda que quilombolas de

outras cidades e estados possam também participar do processo de seleção. Esta característica confirma a função social do PSEQ/UFOPA para a região, uma vez que, como bem pondera Malcher (2017, p. 81) “as políticas de ação afirmativa para os territórios quilombolas devem expressar perspectivas de políticas públicas voltadas para uma população diferenciada”. Para esta autora é fundamental romper com o discurso que “por vezes interpreta as comunidades não como detentoras de direitos, mas beneficiárias de ações de caridade ou como estorvo a um pretensão desenvolvimento”.

Os dados também apontam para necessidade de avanço da política de acesso, em especial no tocante a “democratização” das vagas entre as comunidades da região. Algumas comunidades já possuem vários(as) estudantes matriculados(as) na instituição. Muitas outras, bem poucos(as) ou nenhum(a). É preciso compreender os motivos sociais que condicionam essas assimetrias. A universidade e o movimento quilombola podem atuar em conjunto nesse processo que exige avaliação, monitoramento e intervenção em variados níveis.

## Municípios

**Gráfico 2** – Distribuição geral dos(as) estudantes por município (2015-2018)



Elaboração: os autores

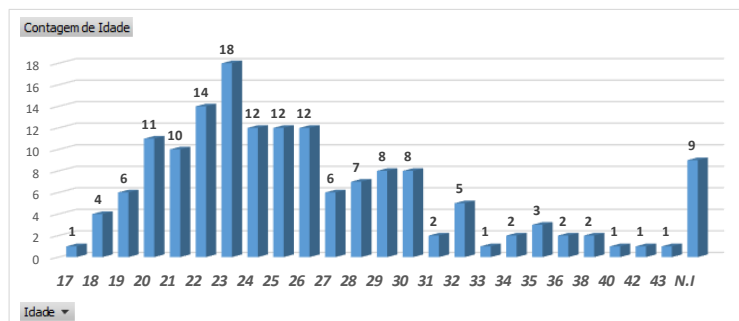
Um percentual considerável das(os) estudantes quilombolas matriculados(as) na UFOPA é oriundo das comunidades de Santarém (43%). Depois do município de Santarém, as cidades com mais quilombolas na instituição são Oriximiná e Monte Alegre, seguidas de Óbidos, Alenquer e Prainha. Essa proporção pode ser explicada pela proximidade existente entre as comunidades quilombolas santarenas e as unidades acadêmicas com maior quantidade de oferta de cursos (ICED, ICS, IBEF, IEG, ICTA e ISCO). De todo modo, chama atenção o número expressivo de estudantes advindos(as) de Oriximiná, município onde se localizam as comunidades mais distantes da sede da UFOPA. Por outro lado,

Oriximiná é também o município paraense com o maior número de comunidades quilombolas (37).

É bem verdade que a maioria os estudantes quilombolas, independente da comunidade de origem, enfrenta diariamente grandes desafios para freqüentaras aulas nos cursos de graduação da UFOPA. Todavia, é preciso destacar que os que se deslocam das comunidades mais distantes (os de Oriximiná, Óbidos e Alenquer, por exemplo) encaram uma luta árdua que não pode ser desconsiderada. Do desnível entre o expressivo número de comunidades quilombolas e a ínfima oferta de vagas e opções no município, resta ao estudante o desafio econômico e familiar de estudar em outros municípios. Como estamos tratando de comunidades em situação de vulnerabilidade sócio-econômica, certamente estamos diante de uma situação de desvantagem que dificulta o acesso do quilombola ao Ensino Superior e corrobora para a manutenção de “uma estrutura de exclusão dos negros no meio universitário” (CARVALHO, 2006, p. 19).

## Idade

**Gráfico 3** – Idade dos(as) estudantes quilombolas (2015-2018).



Elaboração: os autores

No gráfico 3 é possível visualizar uma maior incidência na faixa etária que vai dos 20 aos 26 anos de idade. 63% dos(as) estudantes que responderam ao questionário encontram-se nessa faixa etária. Essa incidência, a princípio, indica a presença de percentual significativo de jovens. Todavia, no geral, a média de idade dos(as) estudantes quilombolas é de 25,40 anos. Entre os (as) matriculados(as) nos campi, essa média é ainda mais alta: 26,5.

Comparando a média de idade dos(as) estudantes quilombolas da UFOPA com a média de idade geral dos(as) estudantes das Universidades Federais do país, verificamos que a média quilombola é mais elevada. De acordo com o levantamento da V Pesquisa

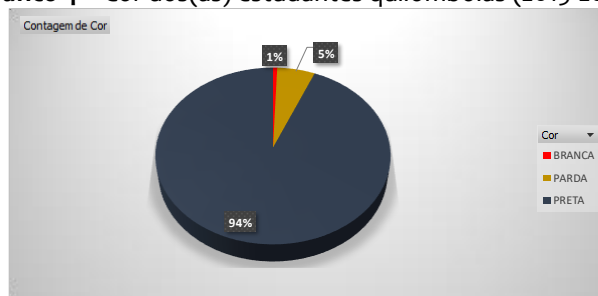
Nacional da ANDIFES, realizada em 2018, a média de idade dos alunos das federais é de 24,43. Essa diferença evidencia que os(as) estudantes quilombolas estão acessando mais tardiamente o Ensino Superior. O próprio relatório da referida pesquisa sustenta que:

O cruzamento entre a faixa etária dos (as) graduandos (as) e sua faixa de ano de ingresso revela, como era de se esperar, a preponderância de estudantes em idade escolar típica, ou seja, entre 18 e 24 anos, que dominam todas as faixas de ano de ingresso menos aquela relativa aos que ingressaram antes de 2012. Dado importante, contudo, é a proporção de estudantes de 25 anos ou mais que continua a entrar nos anos 2017 e 2018 - 20,6% e 17,3% respectivamente. Ou seja, a universidade pública atende também estudantes que acumularam atraso ao longo de sua vida acadêmica ou mesmo que retornaram aos estudos depois de período de abandono (V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES, 2019, p. 41, grifo nosso).

Portanto, considerando a própria avaliação feita pela ANDIFES, registramos que entre os quilombolas há também uma incidência na “idade escolar típica”. Entretanto, coexistem também uma média etária mais avançada (25,40) e um considerado “atraso” estudantil bem mais acentuado: 48% dos quilombolas têm 25 anos ou mais (quase a metade do contingente que respondeu nosso questionário!). Em nossa leitura, interpretamos que esta condição, dentro outros fatores, é resultado de um histórico de exclusão social e educacional da população negra como um todo e das comunidades quilombolas, em particular. Refletindo sobre as desigualdades raciais presente na sociedade brasileira, Amador de Deus (2019, p. 150) afirmar que “um jovem negro, no que tange à educação, herdou a desvantagem racial sofrida pelo avô que, por sua vez, passou-a para o seu pai, e esse legado foi lhe transmitido”. Na mesma linha de análise, Carvalho (2006) fala em “*defasagem crônica do negro brasileiro na educação*” (p. 32). A dificuldade ainda de acesso ao Ensino Médio em nossa região e a não continuidade imediata dos estudos após a conclusão da Educação Básica são aspectos que compõe esse quadro excludente das comunidades.

## Cor

**Gráfico 4** – Cor dos(as) estudantes quilombolas (2015-2018)



Elaboração: os autores

Em relação à cor temos uma auto-definição que acentua uma unidade em relação ao pertencimento racial e a ancestralidade negra: 94% dos(as) estudantes quilombolas que se autodefinem como “pretas(os)”.

Essa afirmação da cor e, conseqüentemente, de identificação racial, assume, no conjunto da nossa pesquisa, um papel relevante na caracterização dos estudantes dos estudantes quilombolas da UFOPA. Diante de um ambiente universitário com conflitos raciais visíveis e/ou camuflados, o(a) estudante quilombola assume sua condição racial com elevada coesão. É possível que essa unidade seja resultado de um processo de formação e politização estudantil bastante fecundo dentro da própria instituição. Em 2015, os(as) estudantes quilombolas da universidade criaram um coletivo estudantil próprio, o CEQ (Coletivo de Estudantes Quilombola da UFOPA). Esta organização, ainda que dialogue com as pautas do conjunto dos estudantes, surgiu para promover e defender demandas específicas do aluno quilombola. Por sinal, também o próprio processo de seleção dos(as) estudantes já mobiliza certa reflexão e tomada de posição: a inscrição exige que o estudante se auto-declare “quilombola” e a prova, objetiva e discursiva, é toda construída com base em textos sobre história, cultura e política quilombolas e negras.

Por outro lado, é também preciso enfatizar que essa afirmação racial não se inicia com o ingresso na universidade. As comunidades quilombolas da região protagonizam uma luta histórica por reconhecimento e garantia de direitos sociais. A (re)afirmação dentro da UFOPA é, nesse sentido, uma continuidade dessa resistência cultural e política que precisa ser travada também dentro do “território” acadêmico. Estamos diante, assim, da história da construção de um “*sentimento de identidade coletiva*” que exigiu uma “*longa caminhada*” dos herdeiros e herdeiras de Ananse, como bem conta Amador de Deus (2019, p. 151-152). Todavia, esse processo de identificação é sempre tenso e complexo, pois como observa Gomes (2008, p. 130):

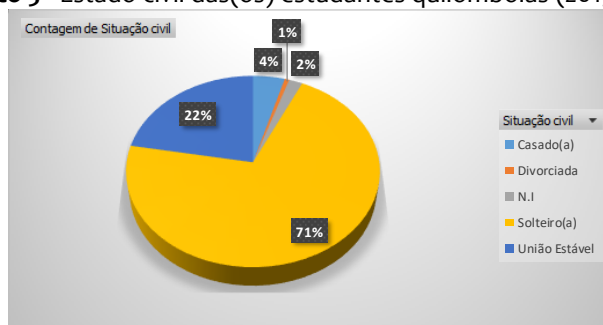
O sentimento de negação é um componente do processo identitário do negro brasileiro ao longo da história. Podemos vê-la quando analisamos na relação estabelecida entre os escravos e senhores durante o regime escravista, ou seja, o negro era visto como coisa e mercadoria e, também, nos dias atuais, quando encontramos negros e mestiços que recusam o ideal o seu pertencimento étnico/racial, o seu corpo, o seu padrão estético e o seu cabelo, demonstrando a incorporação do ideal do branqueamento.

Por outro lado, o movimento de “rejeição/aceitação”, que resulta numa vivência dolorosa e libertadora, no dizer da autora, “pode servir, até mesmo, de impulso na reversão das representações negativas construídas sobre o negro e sua aparência no decorrer da História” (GOMES, 2008, p. 130-131).

Muito ainda precisa ser investigado sobre o processo de afirmação racial dos(as) estudantes quilombolas dentro das universidades e sobre os conflitos que envolvem esse processo social. Pesquisas com a desenvolvida por Campos (2006), que focalizam as trajetórias e representações dos estudantes, já demonstraram que a universidade é espaço de invisibilidades e violências, mas também de múltiplas formas de resistências. A auto-aceitação racial do(a) quilombola na UFOPA é certamente parte dessa dinâmica.

### Estado civil

Gráfico 5– Estado civil das(os) estudantes quilombolas (2015-2018)



Elaboração: os autores

Temos neste aspecto predomínio de estudantes quilombolas que se autodeclaram “solteiros(as)”: 71%. Porém, é necessário destacar o número considerável (26%) que se encontra em uma “união estável” ou na condição de “casada(o)”. O predomínio de solteiros(as), parece-nos que dialoga diretamente a faixa etária predominante já destacada (de 20 a 26 anos). De todo modo, assim como corre na média de idade, comparando os dados da nossa investigação com os da V Pesquisa Nacional, percebemos algumas diferenças que precisam de anotação. Na pesquisa da ANDIFES (2019, p. 59):

A proporção nacional de solteiros (as) é de 85,5%. Pessoas casadas ou em relação estável são o segundo maior contingente, com 13,2%. Em relação à variação regional destaca-se a região Norte apresentando a menor taxa de solteiros (82,5%) e a maior taxa de casados ou em relação estável (16,1%), e a região Sudeste com a maior taxa de solteiros (89,4%) e a menor taxa de casados (as) ou em relação estável (9,5%).

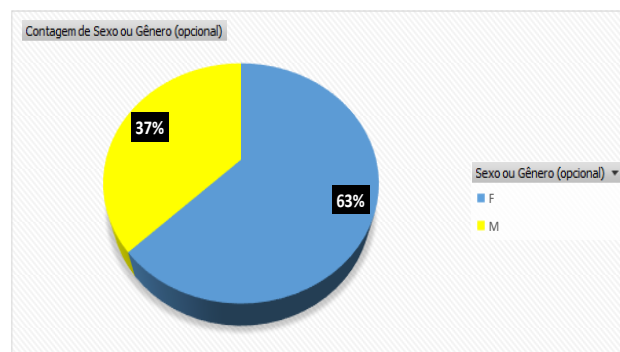
Vemos que entre os(as) quilombolas da UFOPA o número de solteiros é menor seja em relação ao índice nacional (14,5% de diferença) ou em consideração a região norte (11,5%). Por outro lado, entre os(as) quilombolas o percentual de pessoas em união estável ou

casadas é superior: 12,8% e 9,9%, respectivamente, na comparação com os indicadores nacional e regional.

Os impactos educacionais e sociais dessa situação civil dos(as) estudantes ainda carece de mais estudos científicos, assim como suas causas. Todavia, considerando algumas predominâncias já ressaltadas nesta pesquisa, já é possível depreender algumas conseqüências. Por exemplo: se muitos(as) quilombolas precisam sair do seu município para cursar a graduação na UFOPA (porque na sua cidade as vagas são ínfimas ou inexistentes), este deslocamento pode ser ainda mais problemático para estudantes casados(as) ou em união estável. Questões financeiras e/ou familiares podem dificultar ou inviabilizar o acesso nestes casos. Ainda que estudantes solteiros sigam trajetórias e dificuldades semelhantes, avaliamos que para os casados (com ou sem filhos) as vulnerabilidades sócio-econômicas são ampliadas.

### **sexo/gênero**

**Gráfico 6 – Sexo/Gênero das(os) estudantes quilombolas (2015-2018)**



Elaboração: os autores

A autodeclaração sobre sexo/gênero confirma que, entre as(os) estudantes quilombolas, as mulheres são maioria. Ainda que menos acentuados, este dado parece-nos que dialoga diretamente com levantamentos sobre sexo, identidade de gênero e orientação sexual das(os) graduandas(os) feitos nas Universidades Federais nos últimos anos. A pesquisa da ANDIFES, já mencionada, mostrou que 54,6% das(os) estudantes da IFES se autodeclararam como de “sexo” feminino e 48% se identificaram como “mulher cis”. Mesmo não utilizando esta mesma categoria, nossos dados apontam para a mesma direção do estudo nacional. De acordo com a ANDIFES (2019, p. 42):

[...] houve crescimento da participação do sexo feminino relativamente às pesquisas anteriores. Na V Pesquisa estudantes do sexo feminino



representam 54,6%; já quem se declarou do sexo masculino representa 45,1% e ainda se observou 0,3% sem declaração.

[...] Com exceção dos indígenas aldeados, para todos os demais grupos de cor ou raça, há um percentual de mulheres maior do que de homens.

Na região Norte, de acordo com a ANDIFES, temos os seguintes índices: feminino (55,1%) e masculino (44,7%). Especificamente em relação aos quilombolas (o relatório cruza a categoria cor, raça e sexo, e utiliza a categoria “preta – quilombola”), a pesquisa aponta os seguintes percentuais: feminino (52,6) e masculino (47 %).

Diante das relações raciais e de gênero que vivenciamos no Brasil, a predominância de mulheres entre os acadêmicos quilombolas da UFOPA (63%) precisa ser avaliado como um importante avanço das políticas afirmativas da instituição, sobretudo se considerarmos o longo processo de exclusão e de violências sofridas pelas mulheres negras e quilombolas. Malcher (2016, p. 105), além de tratar dessa estrutura de opressões, destaca o papel histórico do movimento das mulheres quilombolas:

O protagonismo das mulheres quilombolas nas lutas coletivas busca garantir a permanência na terra. Na década de 2000, a temática ambiental, a regularização fundiária em desenvolvimento lento, a reforma política, a busca por compreender o papel do Estado Brasileiro, o racismo, a violência e bem viver fazem parte da agenda das mulheres negras, sem perder de vista sua ancestralidade.

Salientamos que essa predominância constitui uma realidade que exige mais pesquisa e reflexão, com ênfase no debate sobre gênero, ingresso e permanência no Ensino Superior. Em justaposição é válido também refletir sobre a educação escolar oferecida nas comunidades e as condições de acesso dos(as) quilombolas. Os dados sobre a escolaridade dos pais dos estudantes investigados, que ainda serão divulgados, apresentam constâncias que podem ajudar na compreensão dessa incidência social. Na comparação entre mães e pais, a escolaridade materna é mais elevada que a paterna. As mães estão progredindo um pouco mais nos estudos e ocupando espaços de trabalho que exigem mais formação. Os pais estudam menos (do conjunto estudado apenas um pai tem nível superior!) e trabalham mais em setores que exigem pouca ou nenhuma educação formal. Nesse sentido, ainda que pais e mães quilombolas apresentem uma visível tendência de desvantagem educacional, a situação de imobilidade educacional dos homens quilombolas parece-nos mais intensa. É válido pensar nas causas desse descompasso educacional, no acesso de homens e mulheres

quilombolas à Educação Básica e nas questões econômicas e sócio-culturais que podem estar envolvidas na problemática.

### **Comunidades, municípios, idade, cor, estado civil e sexo/gênero: o perfil em síntese**

Considerando os dados apresentados neste texto, concluímos que as(os) estudantes quilombolas que ingressaram na UFOPA entre 2015 e 2018 se identificam como pretas(os) e possuem uma idade média de 25,40 anos. Predominantemente oriundas(os) de comunidades quilombolas de Santarém, Orimixiná e Monte Alegre, as(os) estudantes se autodeclararam solteiras(os) e o número de mulheres é maior que o de homens.

### **Considerações finais**

Destacamos desde que o perfil que estamos constituindo até aqui possui um conjunto de funcionalidades institucionais, uma vez que este:(1) amplia o conhecimento institucional sobre a realidade social, econômica e educacional das(os) estudantes quilombolas, que, por conseguinte, justifica a adoção das políticas afirmativas dirigidas a este grupo étnico-racial; (2) confirma sobremaneira a importância da criação, implementação e consolidação do Processo Seletivo Especial Quilombola – o PSEQ; (3) direciona para necessidade de ampliação do acesso e monitoramento das comunidades quilombolas atendidas ou pouco atendidas pelo PSEQ; (4) tem potencial para subsidiar e justificar as políticas afirmativas em desenvolvimento na universidade.

Ademais, destacamos que os dados aqui sistematizados serão em breve relacionados às demais informações que estamos avaliando nos questionários respondidos. A costura entre os perfis social e racial e a avaliação que as(os) próprias(os) estudantes fazem dos primeiros anos de ingresso na UFOPA certamente trarão questões sócio-educativas que precisam ser enfrentadas tanto pela instituição, quanto pelo próprio movimento quilombola.

### **Referências**

**ANDIFES. V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018.** Brasília: ANDIFES, 2019. Disponível em:<http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-dePerfil-Socioecon%C3%B4mico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018.pdf>. Acesso em 26 jul. de 2019.

CAMPOS, Laís Rodrigues. **Do Quilombo à Universidade:** trajetórias, relatos, representações e desafios dos estudantes quilombolas da Universidade Federal do Pará-Campus Belém quanto a permanência. Belém, 2016

CARVALHO, Jose Jorge de. **Inclusão étnica e racial no Brasil:** a questão das cotas no Ensino Superior. São Paulo: Attar Editorial, 2006.

AMADOR DEUS, Zélia. **Ananse tecendo teias na diáspora: uma narrativa de resistência e luta das herdeiras e herdeiros de Ananse.** Belém: Secult/PA, 2019.

\_\_\_\_\_. **OS HERDEIROS DE ANANSE: movimento negro, ações afirmativas, cotas para negros na Universidade.** Belém. 2008. (Tese de Doutorado)

LOURENÇO, Sônia Regina. **Ações Afirmativas para Estudantes Quilombolas: o processo de criação do Programa de Inclusão de Estudantes Quilombolas (PROINQ) na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).** Campos. v.17 n.2 Jul. Dez.2016.

MALCHER, Maria Albenize Farias. **O Olhar Geográfico: A Formação e Territorialização de Comunidades Quilombolas no Município De São Miguel do Guamá, Pará.**Fortaleza. 2017. (Tese de Doutorado)

MONTEIRO, Halden; BOAVENTURA, Igor; ALVES, Raysa. **Entrevista com Estudantes Representantes de Povos e Comunidades Tradicionais da Amazônia: Eliene Rodrigues, Juma Xipaia, Leila Cardoso.** Goiana: Revista Fragmentos de Cultura, PUC/Goias, v. 25, n. 2, 297-309, 2015. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/fragmentos/article/view/4189>, acesso em 12 ago. de 2018.

RIBEIRO, Matilde. **Políticas de promoção da igualdade racial no Brasil (1986-2010).** 1 ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

## Notas

<sup>1</sup>Nenhum(a) estudante do campus de Juruti respondeu o questionário.

<sup>2</sup> Distribuição por Unidades de Santarém e dos Campi: ICED (43), ICS (27), IBEF(16), IEG(20), ICTA (14) e ISCO (12), Monte Alegre (3), Óbidos (8), Oriximiná (7), Alenquer (5) e Itaituba (3).

<sup>3</sup>Considerando as vagas não preenchidas, cerca de 230 (duzentos e trinta) estudantes quilombolas ingressaram na UFOPA entre 2015 e 2018.

## Sobre os autores

### Luiz Fernando de França

Professor Adjunto II do Programa de Letras do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA. Doutor em Letras pela USP.

Email: [luiz.franca@ufopa.edu.br](mailto:luiz.franca@ufopa.edu.br) Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5760-613X>

### Iris Rosane de Jesus Santos

Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA. Email: [irisrosane85@gmail.com](mailto:irisrosane85@gmail.com)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1301-6530>

### José Henrique de Jesus Pinto

Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA. Email: [jhj.pinto@gmail.com](mailto:jhj.pinto@gmail.com)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3613-1814>

Recebido em: 16/04/2020

Aceito para publicação em: 23/06/2020